

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS – CAMPUS DE BAURU  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**NICOLLE LENHARO**

**DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: o que os graduandos das licenciaturas  
sabem a respeito?**

**Bauru/SP  
2017**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS – CAMPUS DE BAURU  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**NICOLLE LENHARO**

**DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: o que os graduandos das licenciaturas  
sabem a respeito?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação da Faculdade de Ciências – UNESP, Bauru/SP, como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Messias Fialho Capellini e Co-orientação da Profa. Dra. Ana Paula Maturana.

**Bauru/SP  
2017**

Lira, Nicolle Lenharo.

Deficiência Intelectual: o que os graduandos sabem a respeito? / Nicolle Lenharo Lira, 2017  
45 f.

Orientador: Vera Lúcia Messias Fialho  
Capellini.

Monografia (Graduação)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2017.

1. 1. Deficiência Intelectual. 2. Inclusão Escolar. 3. Formação de Professores. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.

**NICOLLE LENHARO**

**DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: o que os graduandos das licenciaturas sabem a respeito?**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Educação da Faculdade de Ciências – UNESP, Bauru, como parte dos requisitos para obtenção de título de graduação em Pedagogia, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Messias Fialho Capellini e Co-orientação da Profa. Dra. Ana Paula Maturana.

Banca examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Messias Fialho Capellini – orientadora

Faculdade de Ciências – UNESP – Bauru.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula Maturana – co-orientadora

Faculdade de Ciências – UNESP – Bauru.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Katia de Abreu Fonseca

Faculdade de Ciências – UNESP – Marília.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Denise Rocha Belfort Arantes Brero

Faculdade de Ciências – UNESP – Bauru.

**Bauru**

2017

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que até aqui me sustentou com sua graça e amor, me proporcionando este estudo de qualidade em uma das melhores universidades públicas de minha própria cidade.

Aos meus pais Rodrigo Morena Araújo e Daniela Araújo que participaram desta etapa da minha vida não medindo esforços para que eu chegasse até aqui, incentivando-me com suas orações. Meus irmãos Thais Saters pelo incentivo e pelo auxílio e ao Giovane Gabriel pelo carinho e atenção. Ao Thiago William Lira pelo seu amor que por inúmeras vezes acalmou-me em meio às crises por conta das muitas avaliações, entrega de relatórios e de projetos.

À minha chefe, amiga e madrinha de casamento Nélide Miqueleto pelo auxílio emocional, pelo incentivo e força. Por acreditar no meu trabalho e com suas palavras meigas me apoiar em minhas decisões.

Às minhas amigas do trabalho Juliana Fardini, Janaína Carvalho, Natália Suelen e Emily Boneli por me recordar diariamente da minha responsabilidade e compromisso com o desenvolvimento deste trabalho.

À Daiane Gomes Pereira e Kathlen Kazue pela dedicação à nossa amizade e ao curso, pelas sábias palavras e pelos abraços em grupo, pelo incentivo e pelo auxílio prestado.

Ao docente Marcio Celeste, sem o qual este trabalho não resultaria no esperado, por sua paciência e humor em explicar repetidas vezes passo a passo as regras básicas deste trabalho.

À minha amiga, professora e orientadora Vera Lúcia Messias Fialho Capellini, conhecida carinhosamente como Verinha por disponibilizar-me seu precioso tempo, por suas aulas que me estimularam quanto a temática deste projeto, por sua dedicação ao trabalho docente e por sempre estar disponível a me atender.

À minha co-orientadora Ana Paula Maturana pela atenção e dedicação, que mesmo em período de férias não mediu esforços tirando minhas dúvidas e prestando-me auxílio.

Ainda à Verinha e também à Thaís Tezani que fizeram com que este trabalho se concretizasse em tempo hábil, mesmo com suas responsabilidades pessoais e familiares prontamente me aconselhando quanto às leituras necessárias e ao desenvolvimento deste projeto.

## RESUMO

A inclusão é um tema muito discutido na atualidade, atingindo diversos aspectos e áreas da vida social humana. A inclusão escolar é entendida como essencial para o desenvolvimento da sociedade, e dentro desta inclusão abrange-se diversos tipos de indivíduos com suas características e peculiaridades. A inclusão do aluno com Deficiência Intelectual (DI) está estritamente ligada com a formação do docente e com sua ideologia sobre a inclusão. O preparo e a integração deste professor (de classe comum) com o docente especializado influenciará diretamente no desenvolvimento e na aquisição do saber deste aluno, por isso, o objetivo da pesquisa foi analisar o conhecimento que graduandos de licenciatura da Unesp de Bauru possuem sobre deficiência intelectual. A coleta dos dados realizou-se por meio de um formulário digital, o qual continha questões alternativas e dissertativas. Os dados foram sistematizados a partir da abordagem qualitativa e partiu-se da hipótese de que a formação dos futuros docentes em relação à inclusão precisa ser aprofundada, proporcionando segurança á ele, quando este estiver em contato com um aluno com DI. Os resultados permitiram confirmar a necessidade de reavaliação da disciplina que aborda tal assunto, possibilitando aos profissionais da educação aprofundamento sobre como trabalhar com estes alunos promovendo a inclusão para que haja um ensino de melhor qualidade.

**Palavras-chave:** Deficiência Intelectual. Inclusão escolar. Formação de professores.

## **ABSTRACT**

Inclusion is a topic that is much discussed today reaching various aspects and areas of human social life. School inclusion is understood as essential for the development of society and within this ,inclusion encompasses several types of individuals with their characteristics and peculiarities. The inclusion of the student with Intellectual Disability (DI) is strictly linked to teacher training and its ideology about inclusion. The preparation and integration of this new teachers (of common class) with the specialized teacher will directly influence in the development and the acquisition of the knowledge of this student, therefore, the objective of the research was to analyze the knowledge that undergraduate students of Unesp de Bauru have on intellectual disability. The data collection was done through a digital form, which contained alternative and dissertative questions. The data were systematized from the qualitative approach and it was based on the hypothesis that the training of the future teachers in relation to the inclusion needs to be deepened, providing security to him when he is in contact with a student with ID. The results allowed confirming the need for reassessment of the discipline that deals with this subject, enabling the professionals of the education to deepen on how to work with these students promoting the inclusion so that there is a teaching of better quality.

**Keywords:** Intellectual Disability. School inclusion. Teacher training.

## LISTA DE TABELAS

	Páginas
<b>Tabela 01</b> – Cursos e quantidade de alunos	23
<b>Tabela 02</b> – Conhecimento sobre Deficiência Intelectual (DI)	24
<b>Tabela 03</b> – Categorias de análise da questão 2	25
<b>Tabela 04</b> – Você considera que o aluno com DI tem um limite no seu desenvolvimento? Sim ou não, por quê?	27
<b>Tabela 05</b> – Saberes sobre adaptações curriculares.	29
<b>Tabela 06</b> – Ciência sobre a necessidade de adaptar o currículo escolar para o aluno com DI.	30
<b>Tabela 07</b> – Você considera que o docente de classe comum é o profissional que deve diagnosticar o aluno com DI?	32
<b>Tabela 08</b> – Você considera que para o aluno com DI participar do atendimento educacional especializado (AEE) ele precisará necessariamente ter um laudo? Por quê?	33
<b>Tabela 09</b> – Conhecimentos sobre a idade pode se constatar DI e sua idade limite.	35
<b>Tabela 10</b> – Como futuro professor, você considera que estará preparado para atuar com um aluno com DI na classe comum?	36



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Primeira questão	23
<b>Figura 2</b> – Segunda questão	25
<b>Figura 3</b> – Terceira questão	27
<b>Figura 4</b> – Quarta questão	28
<b>Figura 5</b> – Quinta questão	30
<b>Figura 6</b> – Sexta questão	32
<b>Figura 7</b> – Sétima questão	33
<b>Figura 8</b> – Oitava questão	35
<b>Figura 9</b> – Nona questão	36

## SUMÁRIO

	Páginas
<b>1. Introdução</b>	9
<b>2. Objetivos</b>	12
2.1 Objetivo geral	12
2.2 Objetivos específicos	12
<b>3. Breve Contexto da Escolarização do Aluno com Deficiência Intelectual</b>	13
3.1 Panorama histórico e conceito da deficiência intelectual	13
3.2 A inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual	15
<b>4. Metodologia</b>	19
4.1 Participantes	19
4.2 Instrumentos Utilizados	19
4.3 Procedimentos Metodológicos Adotados no trabalho	20
<b>5. Resultados e Discussão</b>	21
<b>Considerações Finais</b>	36
<b>Referências Bibliográficas</b>	37
<b>Apêndice</b>	40

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar visa à oferecer igualdade na educação para todos, promovendo adaptações curriculares e reprovando atitudes discriminatórias em seu meio. É uma ação social e cultural, em que todos os indivíduos que compõem a escola tenham as mesmas oportunidades para seu pleno desenvolvimento no contexto escolar (SANT'ANA, 2005).

No âmbito escolar, a inclusão foi ganhando espaço em meados do século XIX, com a fundação de instituições especializadas em pessoas com deficiência visual e auditiva (BRITO; OMOTE; FONSECA, 2015). Contudo, foi no século XX, em 20 de dezembro de 1961, que a Lei 4.024 estabeleceu a inclusão escolar para os alunos "excepcionais", assim tratados em Lei, visando ao seu crescimento e desenvolvimento intelectual, cultural e social. Em seu artigo 88, coloca que a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Além disso, foi neste período que a ideia de inclusão foi apresentada com o propósito de inserir todas as crianças no ensino sem prejudicar suas habilidades (BATISTA; ENUMO, 2004).

Segundo Batista e Enumo (2004), a inclusão rompe com o sistema tradicional de ensino, promovendo a inserção de todos os alunos, suscitando a transformação da escola.

Há diversos tipos de deficiências com origens heterogêneas, no entanto esta pesquisa irá concentrar-se na deficiência intelectual, conceituando-a e discorrendo sobre a relação dos futuros profissionais da educação com esta.

A Lei 9.394, que dá as Diretrizes e Bases Da Educação Nacional (BRASIL, 1996), no artigo 59º assegura aos alunos com deficiência currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, visando ao desenvolvimento efetivo de suas potencialidades.

Falar sobre currículos, métodos e técnicas exige um conhecimento mais apurado da necessidade de seus alunos, para que haja intencionalidade e objetivo nas adaptações necessárias para o desenvolvimento pleno do saber e concedendo à escola o seu caráter de singularidade (SILVA; OLIVEIRA, 2015).

Sant'Ana (2005) em seu estudo sobre a educação inclusiva, aponta que a concepção de aprendizagem e de inclusão que o docente considera é que vai gerar a necessidade de romper com os rótulos impostos aos alunos com qualquer tipo de deficiência, buscando com isso todos os recursos possíveis para alcançar o objetivo que foi traçado em seu plano de ensino.

Para atuar seguramente em uma sala de aula com um aluno com DI, o professor precisa conhecer as particularidades deste aluno, compreendendo as estratégias utilizadas por

este, fazendo as adaptações curriculares necessárias para que o aluno acompanhe os conteúdos programados para sua série escolar (SANT'ANA, 2005). Batista e Enumo (2004) afirmam que a presença do docente é de extrema importância neste processo de inclusão por trabalhar diretamente com o aluno com DI.

Sant'Ana (2005) mostrou em seu estudo a importância do preparo do professor para atuar com crianças com DI fazendo alusão à função e à importância que este desempenha na inclusão escolar, retratando também a falta de formação especializada dificultando a introdução das políticas para inclusão.

Para garantir atendimento especializado ao aluno com DI, na rede Estadual de Ensino há o Atendimento Pedagógico Especializado - APE orientado pela CAPE (Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado) e pelas equipes de educação especial das Diretorias Regionais de Ensino, entre outros. Esse atendimento é regulamentado pela Resolução 61/2014 (SÃO PAULO. Resolução SE 61, de 11-11-2014, artigo 7). Para tanto o docente precisa conhecer as características da deficiência intelectual, pois ao notar dificuldades peculiares da DI no aluno, em conjunto com o professor especializado e com o coordenador será necessária a aplicação de uma avaliação diagnóstica e a elaboração de um relatório que, em somatória com outras avaliações, trará informações mais detalhadas sobre a deficiência específica. (OLIVEIRA, 2015)

Ter clareza sobre a função destes atendimentos especializados, sobre a sala de recursos e do profissional que lá atua é de extrema importância para o professor de classe comum, pois a comunicação entre ambos auxiliará no crescimento do aluno, evitando com isso uma concepção distorcida sobre as funções que se deve desempenhar (OLIVEIRA, 2016).

Priorizando um objetivo comum entre estes profissionais, a interação e cooperação é uma estratégia de trabalho que promove o coensino, tendo como intuito alterar o contexto escolar fomentando a inclusão (GIRALDI; CAPELLINI, 2015).

Desse modo o docente que trabalha em prol da inclusão, entende que assim como nossa sociedade é composta por pessoas únicas e diferentes umas das outras, a sala de aula também é composta por pessoas heterogêneas que desejam ser reconhecidas em suas diferenças (CARVALHO, 2012).

Essa pesquisa pretende descrever o conhecimento que os alunos dos cursos de Pedagogia, Biologia, Matemática, Química, Física e Educação Física de Licenciatura da UNESP de Bauru possuem sobre a Deficiência Intelectual. Considerando a inclusão, estes discentes que se formarão provavelmente encontrarão alunos com DI em suas salas de aula, e

para tanto precisam de respaldo teórico para basear-se em sua prática e em seu planejamento de ensino.

A organização deste trabalho foi feita em seis capítulos a fim de oferecer uma visão sistêmica do que foi proposto. No capítulo dois são apresentados os objetivos de trabalho e, no capítulo três, o embasamento teórico que sustenta a investigação e discussão dos resultados. Os procedimentos metodológicos são descritos no capítulo quatro, a apresentação e análise dos resultados, no quinto capítulo e as considerações finais no sexto.

## **2 OBJETIVOS**

**2.1 Objetivo geral:** analisar o conhecimento que graduandos de licenciatura dos cursos de Pedagogia, Biologia, Matemática, Química, Física e Educação Física possuem sobre deficiência intelectual.

### **2.2 Objetivos específicos:**

- Identificar o curso e o ano dos licenciandos que responderam;
- cotejar as concepções com a literatura;
- comparar as concepções das diferentes licenciaturas.

### **3 BREVE CONTEXTO DA ESCOLARIZAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELCTUAL**

Será explanado neste capítulo aspectos, sobretudo, da história e das causas da deficiência intelectual e da inclusão escolar para as pessoas com DI pautado nas literaturas.

#### **3.1 Panorama histórico e conceitual da deficiência intelectual**

A deficiência intelectual (DI) é definida como um funcionamento intelectual notavelmente reduzido, abaixo da média. Associa-se a limitações na comunicação, compreensão de conceitos, execução de tarefas comuns para outros indivíduos e autonomia em cuidados pessoais, ou seja, essa deficiência compromete as funções psicológicas superiores do indivíduo, mais precisamente as funções cognitivas (OMS, 1995, apud, SANTOS, 2012).

Durante um longo período a pessoa com DI foi chamada de deficiente mental. Sasaki (2003) coloca que os estudos desenvolvidos nas áreas da Psicologia, Medicina e Neurociência expandiram os conhecimentos sobre o fenômeno do déficit cognitivo, possibilitando a adoção da terminologia ‘deficiência intelectual’, pois o déficit cognitivo não está na mente como um todo e sim numa parte dela, no intelecto.

Em seu estudo sobre a etiologia da DI, Rodrigues; Schiavo; Yamauti (2015), apoiados no DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos mentais) (2014), certificam que há uma idade limite para se constatar a DI, sendo esta aos dezoito anos. As causas mais comuns dessa deficiência se dão nas fases: pré-natal, perinatal e pós-natal, porém, em muitos casos, a origem da DI não é constatada.

Na fase pré-natal pode ocorrer por princípios biológicos, sociais e ambientais, como pela incidência de infecções, falta de nutrição materna, problemas de decorrência genética, uso de drogas entre outros fatores (RODRIGUES, SCHIAVO, YAMAUTI 2015).

No caso de irregularidade genética, a deficiência intelectual pode estar vinculada a algumas síndromes com características de atraso intelectual como nos afirma Prota (2015, p. 12-13.)

Nas condições geneticamente determinadas, a deficiência intelectual pode ocorrer de forma isolada ou fazer parte de um quadro sindrômico, ou seja, além do déficit intelectual, o indivíduo apresenta outros sinais clínicos que em conjunto configuram um diagnóstico específico ou um quadro clínico específico, como por exemplo, ocorre na síndrome de Down ou trissomia do 21, que além do déficit intelectual o paciente apresenta sinais dismórficos faciais que sugerem um diagnóstico específico.

Na fase perinatal, que ocorre até o 30º dia de vida, pode ser causada por traumas no parto, convulsões, oxigenação cerebral insuficiente, prematuridade entre outros fatores (RODRIGUES, SCHIAVO, YAMAUTI 2015).

Na fase pós-natal, que ocorre a partir do 30º dia de vida até o fim da adolescência, pode ocorrer por intoxicações exógenas, falta de nutrição, acidentes, fatores sociais como maus tratos, traumas psicológicos, pobreza extrema etc.

Essa deficiência não apresenta a mesma intensidade em todos os indivíduos que a possui, segundo Almeida (2004) anteriormente a DI era classificada em níveis ou graus de incidência da deficiência no indivíduo, esses graus eram classificados em: leve, moderado, severo e profundo. Com o passar do tempo em 1992, adotou-se outra terminologia, a qual refere-se aos níveis de suporte ou apoio que a pessoa com DI necessita. Esses apoios são classificados em intermitentes, limitados, extensivos e permanentes, ambos estão ligados á necessidade de auxílio que a pessoa com DI necessita para executar desde tarefas acadêmicas até tarefas cotidianas.

Com o avanço de recursos tecnológicos, educacionais e científicos, adotou-se uma definição científica e coerente para a pessoa com deficiência, porém a EDUNIOESTE (2013) em seu estudo, sobre os aspectos teóricos e práticos da pessoa com deficiência, relata a concepção inicial que se tinha sobre a pessoa com deficiência, e que, muitas vezes, ainda predomina nas sociedades.

Na consciência social, tais pessoas são consideradas como improdutivas, inúteis e incapazes, sendo tomadas como um fardo pesado ou uma cruz a ser carregada pela família e pela sociedade. Esta forma de tratamento desconsidera a possibilidade de estas pessoas se constituírem como sujeitos e transforma-as em objetos da caridade e da filantropia. Nesta forma de compreensão e tratamento, as pessoas com deficiência quase sempre são concebidas como doentes ou eternamente infantis. Ainda existem aqueles que procuram atribuir uma razão mística para a existência de pessoas com deficiência, prática esta recorrente nas mais diversas culturas (EDUNIOESTE, 2013, p.17-18).

Ao longo da história as pessoas com deficiência receberam diversos tipos de tratamento na sociedade, até se aproximar da inclusão eles passaram pelos paradigmas do



abandono, pela institucionalização, pela integração e por fim a inclusão (EDUNIOESTE,2013).

O primeiro paradigma se dá na sociedade primitiva, com pouco ou quase nenhum recurso tecnológico essa sociedade se deslocava de um lugar para o outro com frequência, e as pessoas que não conseguiam se deslocar com facilidade ou que apresentavam certas limitações eram simplesmente abandonadas. Aqui também entra o caso da supervalorização do corpo, no qual a sociedade abandonava as crianças por notar alguma deformidade nesta (EDUNIOESTE ,2013 p.18-19).

A relação de institucionalização ocorria quando a pessoa com deficiência era posta em asilos, hospícios e hospitais. Estes lugares além de trabalhar com pessoas doentes também abrigavam pessoas que necessitavam de auxílio para a própria sobrevivência, no caso a pessoa com deficiência. Aqui a deficiência é tida como mística, sendo então a pessoa possuída por forças divinas ou demoníacas, aí há a ação filantrópica com tais pessoas, instalando-as nessas instituições (EDUNIOESTE, 2013 p, 23-30).

Na integração o avanço tecnológico e científico incita a inserção da pessoa com deficiência na educação, reconhecendo sua origem biológica e objetivando inserir esta pessoa na sociedade. Neste período expandiu-se a educação especial com um caráter camuflado de igualdade, pois a intenção era ‘normalizar’ a pessoa com deficiência, manipulando-a para que essa se parecesse ao máximo com os outros indivíduos da sociedade (EDUNIOESTE ,2013 p, 32-33).

O quarto e último paradigma é a inclusão, nesta perspectiva a sociedade busca suportes para adaptar-se á necessidade da pessoa com deficiência, aí há o desenvolvimento de leis e serviços especializados. Aqui deve-se ocorrer a igualdade em seu âmago, pois apesar das limitações, reconhece-se a potencialidade que cada pessoa possui e que como o desenvolvimento da criança é gradativo, assim também é o desenvolvimento da pessoa com deficiência, necessitando com isso de estímulos (EDUNIOESTE, 2013 p, 31-36).

Portanto, identifica-se o quão importante é a evolução e a maturação de conceitos para a inclusão, pois assim há a compreensão das limitações que as pessoas com DI possuem e, além disso, há a compreensão de suas potencialidades a serem desenvolvidas.

### **3.2 A inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual**

As pessoas com DI passaram a ser consideradas passíveis de serem educadas somente no século XIX, a partir do trabalho do médico Jean Itard (1774-1838) — considerado o

primeiro teórico de Educação Especial — com o menino Victor de Aveyron, conhecido como “menino selvagem”, baseado na teoria empirista do conhecimento.

A inclusão inicia-se dentro do contexto familiar da pessoa com DI, com o domínio dos sentimentos de medo e incerteza, gerando com isso a aceitação deste e vencendo diariamente o desafio de educar e criar um filho com deficiência na sociedade em que vivemos (BUSCAGLIA, 1993).

A educação inclusiva é descrita por Oliveira, Valentim e Silva (2013) em seu estudo sobre a deficiência intelectual como um compromisso político e ético a ser cumprido coletivamente, em que não se permita a exclusão na inclusão. Para tanto a escola necessita de um preparo para receber de forma adequada estes alunos, respeitando o conhecimento e a concepção dos pais sobre a deficiência (BRASIL, 2009).

Oliveira, Valentim e Silva (2013) abordam que a escola precisa passar por mudanças bruscas para propiciar práticas educativas coerentes e para obter um caráter inclusivo. Mudanças essas, não apenas da visão que os profissionais possuem sobre o assunto, mas mudanças na estruturação do espaço escolar para receber todas as pessoas; mudanças organizacionais, sabendo que a flexibilidade, a dinâmica e a didática são características imprescindíveis para que haja condições de aprendizagem.

Em acréscimo, os estudiosos afirmam que a escola precisa assumir um papel reflexivo e transformador, gerando mudanças no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no currículo, promovendo com isso a queda do tradicionalismo.

Para Vygotsky (1991) o ensino da criança com DI deve visar à superação das dificuldades presentes no aparato biológico, sendo necessário a todo o momento impulsioná-las a desenvolver o pensamento abstrato. É necessário, portanto, oferecer oportunidades a pessoas do DI a fim de que estes estímulos os levem ao desenvolvimento pleno.

A escola com um caráter inclusivo não deve simplesmente fomentar a socialização da pessoa com DI, mas fornecer acesso aos conteúdos curriculares. O desenvolvimento da pessoa com deficiência, assim como o desenvolvimento de todos, está imbricado com a aprendizagem sendo esta uma impulsionadora para a propagação de diversas habilidades sociais e acadêmicas. (OLIVEIRA; VALENTIM; SILVA, 2013).

Segundo Bueno (1999) sem apoio especializado e sem orientação e auxílio ao professor de classe comum, não se pode ocorrer à inclusão de alunos com deficiência em escolas comuns, pois a educação brasileira não tem condições de recebê-los sem uma assistência. Bueno (1993) acrescenta que a qualidade da educação inclusiva se encontra em duas vertentes da formação docente, sendo a formação do docente de sala comum e o docente

especializado, os quais, um de conhecimento mínimo e o outro de conhecimento aprofundado para que a educação inclusiva leve ao desenvolvimento pleno do estudante.

Lima (2002) em seu estudo sobre a educação inclusiva atrai a reflexão á instituição, relatando que há a necessidade de práticas que favoreçam a inclusão por meio da formação docente, além de afirmar que o docente não se sente preparado para atender o aluno com deficiência, apresentando insegurança e ansiedade quando está diante de tal situação. Isso ocorre devido ao destaque que se dá á teoria, não promovendo práxis e dificultando a ação pedagógica coerente (RODRIGUES, 2003).

A intervenção pedagógica tem a função de auxiliar a pessoa com DI a desenvolver-se em meio ás suas limitações, e para tanto o docente precisa compreender o desenvolvimento singular de cada pessoa, percebendo se há algum conhecimento prévio ou vivência realizada pela pessoa, para que haja objetivação e significação no processo de mediação e de aprendizagem (MILANEZ; OLIVEIRA; MISQUIATTI, 2013).

Outro conceito que esses autores trazem em seu estudo sobre o atendimento especializado ao aluno com DI é o papel e a importância do docente e da escola no processo de intervenção, ressaltando que para garantir e promover a aquisição do saber nos alunos com DI precisa-se organizar e executar estratégias de ensino, desse modo, rompendo com a homogeneidade da escola tradicional. Em somatória, eles afirmam que intervenção leva ao desenvolvimento e a aprendizagem, não apenas das funções psicológicas superiores, mas a aquisição da cultura em que este está inserido, por isso a importância de conhecer o aluno, sua história e a educação escolar que já recebeu, se recebeu, pois, com isso, alcançamos uma prática significativa atingindo os objetivos almejados (MILANEZ; OLIVEIRA; MISQUIATTI, 2013).

A inclusão escolar é notória na constituição de leis que asseguram a inserção da pessoa com DI na escola e na sociedade. A Declaração de Salamanca (1994) aborda a necessidade de o Estado assegurar que pessoas com deficiência sejam integrantes ativos no sistema escolar, e discorre sobre a importância de uma sociedade inclusiva.

Mantoan (2013) em seu estudo sobre o desafio das diferenças nas escolas, afirma que garantir o acesso aos conteúdos curriculares, a uma sala de aula comum e á educação inclusiva é assegurar o acesso ao cumprimento da lei e á um direito humano.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 1996), assegura serviços especializados á alunos com deficiência e acesso igualitário á programas educacionais, facilitando com isso o acesso educacional da pessoa com DI sendo também um suporte para as famílias dessas pessoas. No Estatuto da Criança e do Adolescente – Eca

(BRASIL, 1990) em seu artigo 54 há a garantia da educação na rede regular de ensino da pessoa com deficiência.

Em vista disso a educação inclusiva precisa progredir com afinco e integridade, proporcionando um ambiente igualitário e gerando com isso uma sociedade flexível á heterogeneidade existente, onde a lei se cumpre com equidade a todos.

## **4 MÉTODO**

Este estudo caracterizou-se como descritivo do tipo qualitativo. Barros, Lehfeld (2007) afirmam que na pesquisa descritiva, o pesquisador relata o objeto de pesquisa sem sua interferência, investigando as características, frequência e causas para tal resultado. Além disso, precisa-se obter um levantamento bibliográfico para articular com as informações coletadas no intuito de justificá-las.

A pesquisa descritiva é constituída por dados coletados por meio de questionários, entrevistas, formulários de observação entre outros, e consiste em levantamentos ou observações sobre fatos, fenômenos ou problemas que devem ser interpretados, analisados, classificados e registrados (LAKATOS; MARCONI, 2008).

Nos últimos 10 anos essa pesquisa adquiriu mais respeito e confiabilidade, pois há a compreensão de que todo conhecimento adquirido é também histórico e evoluído. Com essa pesquisa obtêm-se um entendimento detalhado da situação analisada por meio dos entrevistados (RICHARDSON, 1999).

Este estudo cuidou dos procedimentos éticos com a elaboração de um Termo de Consentimento Livre Esclarecido, garantindo o anonimato e com isso maior liberdade de expressão dos participantes em relação às perguntas (BARROS; LEHFELD, 2007).

### **4.1. Participantes**

A pesquisa foi enviada a todos os alunos dos cursos de Pedagogia, Biologia, Matemática, Física, Química e Educação Física, os quais são cursos de Licenciaturas da Unesp de Bauru.

### **4.2 Instrumentos utilizados**

Para a execução deste trabalho foi elaborado um questionário online com nove questões, as quais eram alternativas possuindo um campo dissertativo em cada uma delas, e enviado para o e-mail dos alunos das licenciaturas citadas no tópico anterior. A elaboração deste questionário passou por aprimoramento de duas doutoras que trabalham com este tema e os e-mails foram enviados pelo sistema da graduação.

### **4.3 Procedimentos metodológicos adotados no trabalho:**

Tendo como base a delimitação apontada pelo tema deste trabalho, centrando-se no futuro docente e no aluno com deficiência intelectual, este estudo foi dividido em três etapas:

#### **1ª Etapa: revisão de literatura sobre os seguintes aspectos:**

A revisão de literatura dedica-se á conceituação da deficiência, á importância do preparo da escola em receber um aluno com deficiência intelectual exercendo um caráter inclusivo, á preparação do docente ao dar aula para um aluno com DI, utilizando-se das estratégias necessárias para que este aluno possa alcançar a aquisição do conhecimento e a importância e execução da pesquisa qualitativa.

#### **2ª Etapa: coleta de dados:**

Foram enviados 480 questionários no dia 26\11\2016, os quais possuíam a data 16\12\2016 como limite, estes foram coletados e tabulados online alcançando a devolução de 46 questionários. Este número de devoluções se deu pelo fato de ser início de greve, próximo ás datas festivas de fim de ano.

#### **3ª Etapa: Análise e interpretação dos dados:**

A análise foi executada por meio da interpretação das respostas individuais dos participantes e categorizadas de acordo com a afinidade das argumentações. Em seguida foram desenvolvidas as tabelas para visualizar e compreender de forma objetiva as respostas encontradas, dentre as respostas foram selecionadas algumas a fim de reafirmar as categorias da tabela, e por fim foram apresentados os referenciais teóricos para cada questão.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo apresenta a análise dos dados decorrentes da aplicação do questionário. A fim de ilustrar a análise descritiva, seguem-se tabelas que apresentam a porcentagem quantitativa das respostas dos alunos e suas respectivas análises e discussões.

Em relação aos participantes da pesquisa, os 46 alunos estão cursando no período diurno e noturno, entre o primeiro e o quinto ano dos cursos abaixo:

**Tabela 01** – Cursos e quantidade de alunos

<b>Formulário online</b>	
<b>Cursos</b>	<b>Número de participantes</b>
Pedagogia	10
Biologia	13
Matemática	05
Química	8
Física	6
Educação Física	4
Total de Participantes	46

**Fonte:** Dados agregados pela autora, 2016.

Após a análise das respostas dos participantes nos questionários, foi possível identificar diferentes visões sobre a deficiência intelectual. Cada questão e a análise de suas respectivas resposta são analisadas individualmente. A primeira questão apresentada abaixo abrange quatro tipos diferentes de resposta, como observa-se na tabela abaixo:

1.Você sabe o que é deficiência intelectual (DI) ? \*

Sim

Não

Se sua resposta foi sim, explique

.....

Figura 1. Primeira questão

**Tabela 02 – Conhecimento sobre Deficiência Intelectual (DI)**

<b>Formulário online</b>	
<b>Respostas categorizadas</b>	<b>Quantidade de respostas</b>
Própria definição	11
Dificuldade de aprendizagem	18
Comprometimento em atividades diárias	03
Não sabem responder	14
Total de respostas	46

**Fonte:** Dados agregados pela autora, 2016.

Após a análise da tabela 2 observa-se que 69,6% dos participantes possuem conhecimentos sobre a existência e a definição da DI, porém ao realizar uma análise singular encontramos 21 respostas (as que responderam saber) com definições imprecisas, isso ocorre pelo caráter detalhista que a pesquisa descritiva possui.

Na primeira categoria, cuja nomenclatura é própria definição, os alunos explicam a DI como limitação cognitiva que promove a dificuldade de aprendizagem, de socialização e em tarefas diárias.

Uma pessoa com deficiência intelectual é aquela que tem um funcionamento (intelectual) inferior ao considerado "normal". Que apresenta dificuldades para aprender, entender ou realizar atividades que pessoas sem a deficiência realizam normalmente no dia-a-dia (Matemática).

Na categoria denominada dificuldade de aprendizagem a DI é definida como dificuldade cognitiva, limitação mental ou dificuldade em entender coisas.

São alunos que apresentam diferenças no desenvolvimento da aprendizagem (Biologia).

Os participantes que estão na classe chamada comprometimento em atividades diárias relatam que a deficiência intelectual é meramente comportamental, não compreendendo e não executando tarefas comuns á outras pessoas, já o grupo de pessoas que não souberam defini-la, apenas assinalaram a alternativa não.



Deficiência na qual apresenta no seu desenvolvimento, mostrando certo comprometimento em atividades do dia-a-dia (Matemática).

É recente a atenção voltada para a educação inclusiva na formação docente, é necessário investimentos na formação docente para que esta proporcione estudos consistentes em relação á inclusão escolar (SIEMS, 2010). Segundo Rodrigues (2003) essa formação insuficiente do professor, em relação á práticas inclusivas, gera gastos futuros que seriam desnecessários se houvesse investimento na formação inicial.

Na tabela 2 há três grupos de respostas para a pergunta: você considera que todo aluno com deficiência intelectual deve estudar na classe comum?

**2. Você considera que todo aluno com Deficiência intelectual deve estudar na classe comum? \***

Sim

Não

**Por quê? \***

Figura 2. Segunda questão.

**Tabela 03** – Categorias de análise da questão 2.

Formulário online	
Respostas categorizadas	Quantidade de respostas
Inclusão	19
Socialização	13
Docentes sem preparo	14
Total de respostas	46

**Fonte:** Dados agregados pela autora, 2016.

Com a tabela percebe-se que 63% dos participantes concordam que alunos com DI devem estudar em classe comum e 37% não concordam, além disso, observando a tabela analisamos as justificativas para essa opinião.

Na inclusão os participantes disseram que é um direito de todos ter acesso ao ensino regular e á classe comum e que de fato isso deve ocorrer de forma inclusiva, pois apenas a inserção na classe comum do aluno com DI não basta.

Porque a Escola quanto Inclusiva e para todos, deve "Incluir" todo e qualquer aluno, por isso que todo aluno deve estudar em classe comum, uma vez que, o currículo seja adaptado para ele (Física).

Na classe cognominada socialização, os componentes da pesquisa defendem que o estudante com deficiência intelectual deve ser inserido na classe comum para socialização e convívio com pessoas sem deficiência, assim auxiliando no desenvolvimento do aluno com DI.

Considero que a maior parte dos alunos com DI deve estudar na classe comum, para que se adapte as situações e consiga viver normalmente, porém, não todos os alunos, pois alguns merecem certa atenção especial e acredito que devem ser tratados com mais cautela (Física).

Pois ele deve ter a oportunidade de aprender a conviver em um meio "real" e não em uma "simulação" (Pedagogia).

Por fim a última classe em que graduandos não concordam com a inclusão de alunos com deficiência intelectual na classe comum. A maioria das justificativas relata a falta de preparo do professor, da instituição e até mesmo da cultura excludente de nosso país, outras respostas giram em torno do direito de um profissional especializado e da intensidade da deficiência no aluno. Ainda uma pequena quantidade afirma que os deficientes intelectuais não conseguiriam acompanhar a classe e isso poderia gerar um descontentamento em tais alunos.

Porque é necessário que um deficiente intelectual tenha um ensino especializado (Física).

Porque o aluno não consegue acompanhar a sala acabando sempre ficando de lado, e os professores acabam não conseguindo dar a atenção necessária que este aluno necessita (Matemática).

Um dos entrevistados relata nesta questão a frustração de uma experiência pessoal.

Vai depender do grau de comprometimento do aluno DI. Um exemplo que tenho do estágio obrigatório da graduação é uma aluna do 2º ano do Ensino Médio com síndrome de down, que está inserida no contexto escolar, porém o aprendizado é praticamente nulo. Os professores atribuem nota sem muito critério a ela. Especificamente a professora de Educação Física, não consegue convencê-la de sair da sala de aula para a prática na quadra. A adolescente sai se apenas uma colega de sala consegue convencê-la. Quando consegue seguir para a quadra, ela senta e fica de cabeça baixa sem sequer falar. Vemos claramente uma inserção na escola sem inclusão. Creio que em lugares especializados para a condução educacional de pessoas com deficiência, a aluna poderá de fato evoluir educacionalmente. Claro que cada casa é um caso, e dependendo do grau de comprometimento, o aluno poderá desfrutar positivamente da escola comum (Educação Física, 5º ano).

Referente a essa questão Carvalho (2012) ressalta a importância da elaboração de políticas de orientação inclusiva que encorajam e incitem a participação de alunos com ou sem deficiência, elaborando atividades que iniciem dos conhecimentos prévios e experiências

personais destes alunos. Além disto, a autora destaca que o ensino ocorre apenas quando há aprendizagem e para tanto precisa ser significativa para o aluno, o docente deve ter maestria para formular um planejamento flexível e modificá-lo de acordo com as reações do aluno, promovendo, assim, a participação e inclusão de todos.

Silva (2009) declara que com a educação inclusiva espera-se que todo rótulo e preconceito seletivo de aprendizagem extinga-se para assim ressaltar-se o potencial e a inclusão do aluno com deficiência.

A tabela abaixo descreve os resultados encontrados na questão 3 onde observa-se opiniões distintas, porém essas opiniões possuem uma mesma solução.

3. Você considera que o aluno com DI tem um limite no seu desenvolvimento? Sim ou Não, por quê? \*

- Sim  
 Não

Por quê? \*

Figura 3. Terceira questão

**Tabela 04** – Você considera que o aluno com DI tem um limite no seu desenvolvimento? Sim ou não, por quê?

Formulário online	
Respostas categorizadas	Quantidade de respostas
Há limites	16
Não há limites	30
Total de respostas	46

**Fonte:** Dados agregados, 2016.

Observa-se que na tabela 4 há apenas duas divisões. Na parte dissertativa da questão 29 participantes articularam a mesma justificativa mesmo assinalando alternativas diferentes, os argumentos usados nesta questão é que pessoa com deficiência intelectual por possuir maiores dificuldades de aprendizagem desenvolve sua potencialidade por meio de estímulos, intervenções, orientações específicas e incentivos.

O aluno até pode ter um certo limite, dependendo o tipo de deficiência. Mas estes, quando bem estimulados e fornecidos uma aprendizagem adequada, podem se desenvolver ao máximo limite de sua capacidade (Biologia).

Acredito que possa haver uma diferença apenas em ritmos de aprendizagem e desenvolvimento, de forma que alguns se desenvolvem mais tarde em relação à maioria, mas isso não quer dizer que não seja tão capaz quanto os outros (Biologia).

Os 17 graduandos que não fizeram uso desta justificativa, argumentaram que todos possuímos limites em alguma área e que as pessoas com DI suportam apenas certa quantidade de informações e que dependendo da intensidade da deficiência na pessoa há a limitação.

Por possuir uma capacidade cognitiva abaixo do considerado normal, o aluno terá dificuldades em aprender coisas mais complexas, mas deve aprender tudo em seu tempo (Biologia).

Porque não aprende como as outras crianças (Física).

Uma das características da deficiência intelectual é o processamento mais lento de informações e conteúdos, isso não significa que a pessoa com DI é incapaz de aprender, ela precisa apenas de mais estímulos. A função do professor é pormenorizar o conteúdo empregando estratégias de ensino em sua aula e em seu planejamento ampliando as possibilidades de compreensão do aluno, as quais são ilimitadas (OLIVEIRA; CAPELLINI; FONSECA; 2015).

A importância da ação pedagógica é dar significado ao conteúdo transformando-o em conhecimento e possibilitando que o estudante acesse novos campos do saber utilizando-se das funções psicológicas superiores (OLIVEIRA, 2015a).

Brito, Omote, Fonseca (2015) em seu estudo sobre a conceituação da deficiência intelectual destacam que atualmente para promover mais oportunidades de desenvolvimento de pessoas com ou sem deficiência há a estimulação precoce, além disso, aludem que com apoios especializados as pessoas com DI desenvolvem o máximo de potencialidades exploradas.

A questão número 4 do questionário aborda a visão que os graduandos possuem sobre as adaptações curriculares. Nesta pergunta obtivemos três tipos de argumentos em sua parte dissertativa.

4. Você sabe o que são adaptações curriculares? \*

Sim

Não

Se sim explique, se a resposta for não, não precisa responder

Figura 4. Quarta questão.

**Tabela 05** – Saberes sobre adaptações curriculares.

Formulário online	
Respostas categorizadas	Quantidade de respostas
Contribuir na aprendizagem	18
Inserção do aluno na classe	13
Não sei	15
Total de respostas	46

**Fonte:** Dados agregados pela autora, 2016.

Observar quantitativamente 65,2% dos participantes alegam saber o que é adaptação curricular, sobrando dessa maneira 34,8% que afirmaram não saber. Todavia averiguando as respostas individuais, encontram-se argumentos equivocados sobre o assunto.

Na classe de pessoas que afirmam contribuir na aprendizagem, as definições para a pergunta foram articuladas de forma coerente.

Adaptações curriculares são estratégias adotadas para tornar um conteúdo ou uma atividade viável para uma necessidade específica do aluno com DI. As adaptações irão variar de acordo com o objetivo que foi traçado no início do planejamento escolar. E todos devem participar: gestores, professores, AEE's, pais e funcionários da escola (Pedagogia).

Ainda se tratando dessa classe encontra-se na justificativa de tal pergunta a definição de adaptação curricular como meio proporcionar a inclusão por meio da ação do professor utilizando-se de recursos e planejamentos diferenciados para a efetivação da aprendizagem do aluno com DI, trazendo a ele a aprendizagem significativa.

O grupo de graduandos que descrevem a adaptação curricular como meio de inserção do aluno na classe, alegam que são métodos de como receber alunos com deficiência

intelectual na classe comum e para tanto são trabalhados conteúdos diferentes com tais alunos ou então apenas conteúdos que sejam úteis em seu cotidiano. Finalizando a análise da tabela 4 há a quantidade de participantes que afirmam não saber, não justificando sua resposta.

Métodos afim de inserir esse aluno na educação regular (Biologia).

Escolha de conteúdos que lhes são úteis no dia a dia, materiais adaptados que supram suas necessidades (Biologia).

A adaptação curricular consiste em mudanças na intervenção pedagógica abrangendo os objetivos pautados, recursos didáticos e meios e formas de avaliação (PIMENTEL, 2012). Pertinente a essa questão Carvalho (2013) em seu estudo sobre educação inclusiva relata que o tema de inclusão escolar deve ser refletido na elaboração do projeto político-pedagógico propondo a mudança de conduta perante às diferenças dos alunos e exigindo uma gestão escolar democrática, para assim implementar reformulações pedagógicas necessárias.

Posteriormente na questão 5 discute-se o mesmo tema da questão 4, porém esta foca-se na necessidade da adaptação curricular. Com este foco alcançamos três vertentes argumentativas: desenvolvimento efetivo, profissional especializado e não concordam.

5. Você considera que é necessário adaptar o currículo escolar para o aluno com DI?  
Sim ou Não, por quê? \*

Sim

Não

Por quê? \*

Figura 5. Quinta questão.

**Tabela 06** – Ciência sobre a necessidade de adaptar o currículo escolar para o aluno com DI.

Formulário online	
Respostas categorizadas	Quantidade de respostas
Desenvolvimento efetivo	34
Profissional especializado	10
Não	2
Total de respostas	46

**Fonte:** Dados agregados pela autora, 2016.

Observa-se na tabela 6 que 95,7% dos graduandos concordam com a necessidade de adaptação curricular, porém os participantes que concordam dividiram-se em duas classes de justificativa. A primeira visa o desenvolvimento efetivo da pessoa com deficiência intelectual, com isso justifica-se que há necessidade de adaptação para que o aluno tenha acesso assim como os demais alunos aos conteúdos curriculares de sua série escolar e para que ele assimile em seu ritmo o conteúdo trabalhado.

Porque, por apresentar uma deficiência cognitiva, muitas vezes não vai conseguir acompanhar o ritmo da turma, sendo necessário uma adaptação para que ele possa aprender como os outros (Biologia).

Na classe denominada profissionais especializados os participantes defendem que o aluno com DI precisa de adaptação curricular para sanar a diferença entre os alunos, para saber até onde ele absorve conteúdos e para promover a integração, além disso, alguns declaram que é necessária a adaptação em razão de não serem capazes de assimilar a mesma quantidade de conteúdos que os outros alunos.

Porque o aluno necessita de uma maior atenção de um profissional qualificado (Matemática).

Porque ele não será capaz de absorver o mesmo tanto de conteúdo, portanto um currículo adaptado seria uma ótima solução (Biologia).

Os dois graduandos que negaram a necessidade da adaptação tem argumentos totalmente distintos um do outro. O primeiro alega que a adaptação iria prejudicar os demais alunos, já a argumentação do segundo aluno é que uma proposta mais humanizadora seria proporcionar tecnologias assistivas á este aluno.

Tecnologias assistivas são uma área de conhecimento com caráter interdisciplinar que consiste em tecnologias, recursos, estratégias e práticas que auxiliam no desenvolvimento das potencialidades de pessoas com deficiência ou idosos, promovendo a ampliação da autonomia, inclusão social e qualidade de vida (BERSCH,2013).

Devido ás características da DI o currículo escolar precisa ser adaptado, favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem deste aluno e promovendo educação de qualidade a todos, além de ser tratada como ação fundamental para a prática educativa. Apesar de a adaptação curricular ser um encargo do docente de classe comum, como a educação inclusiva implica em trabalho coletivo assim essa adaptação deve ser elaborada junto ao professor especializado com o suporte da gestão escolar. Outro benefício embutido nas adaptações é que outros

colegas de classe que por algum motivo não compreenderam o conteúdo, passam a entender por meio da estratégia utilizada pelo docente (PEREIRA, CAPELLINI, 2015).

Para alcançar um bom desempenho de sua prática pedagógica diante da diversidade existente na área educacional assim como em todas as áreas há a necessidade de o docente trabalhar com adequações no currículo escolar (DUARTE, 2012). De acordo com Rodrigues, Schiavo, Yamauti (2015), para o docente elaborar a adaptação curricular é necessário que ele entenda a etiologia da DI, conhecendo assim seu aluno e reconhecendo que assim como cada aluno tem seu desempenho singular, assim também deve ser seu planejamento de ação pedagógica.

Na próxima questão é exibido o tema do diagnóstico dos alunos com deficiência intelectual, o qual encontra-se duas respostas com a articulação do mesmo argumento.

6. Você considera que o docente de classe comum é o profissional que deve diagnosticar o aluno com DI? \*

- Sim  
 Não

Se a resposta for sim como? Se for não por quê? \*

Figura 6. Sexta questão.

**Tabela 07** – Você considera que o docente de classe comum é o profissional que deve diagnosticar o aluno com DI?

Formulário online	
Respostas categorizadas	Quantidade de respostas
Falta preparo	40
Contato diário	6
Total de respostas	46

**Fonte:** Dados agregados pela autora, 2016.

Sobre a elaboração desta questão, o termo diagnóstico foi selecionado propositalmente esperando que os participantes soubessem que todo diagnóstico de qualquer deficiência deve ser feito por profissionais da área da saúde.

Tanto na primeira categoria de resposta como na segunda todos articulam a mesma justificativa. Os graduandos defendem que o docente de classe comum não possui preparo e



aptidão específica para executar um diagnóstico, no entanto ele é habilitado para identificar a existência de alguma diferença comportamental e de desenvolvimento cognitivo entre os alunos por meio de seu contato diário com estes. A partir dessa identificação é primordial que os coordenadores da escola e os pais do aluno sejam informados para com isso encaminhá-lo a um profissional específico.

Sim, já que é ele que está envolvido no processo de aprendizagem do aluno e tem contato com dezenas de outros alunos como parâmetro. Porém, acho que a opinião de um segundo profissional, como um psicólogo, se faz necessária em casos mais graves (Física).

Segundo Oliveira (2015) a identificação inicial da deficiência é realizada pelo professor de classe comum por meio de sua atuação direta com o aluno, sondando seu desempenho geral, isto é, seu comportamento diante das situações cotidianas, seu ritmo de aprendizagem e sua comunicação e autonomia em tarefas comuns, assim com essas informações a equipe escolar fará o encaminhamento deste aluno á profissionais especializados garantindo com isso o laudo e\ou o diagnóstico da deficiência específica.

Em relação á obrigatoriedade de diagnóstico para ter acesso ao atendimento educacional especializado (AEE) chega-se a três pontos de vista articulados pelos graduandos na questão 7.

7. Você considera que para o aluno com DI participar do atendimento educacional especializado (AEE) ele precisará necessariamente ter um laudo? \*

- Sim  
 Não

Por quê? \*

Figura 7. Sétima questão.

**Tabela 08** – Você considera que para o aluno com DI participar do atendimento educacional especializado (AEE) ele precisará necessariamente ter um laudo? Por quê?

<b>Formulário online</b>	
<b>Respostas categorizadas</b>	<b>Quantidade de respostas</b>
Melhor atendê-lo	23
Suposição	11

Não é necessário	12
Total de respostas	46

---

**Fonte:** Dados agregados pela autora, 2016.

A tabela 8 nos mostra que os estudantes que defendem o melhor atendimento ao aluno com deficiência, eles usam a argumentação de que o diagnóstico auxilia e norteia a ação pedagógica, distinguindo com isso o ponto de partida adequado para o melhor desempenho do aluno e atendendo quem realmente necessita.

Pelos estágios que passei há muitas crianças em idade escolar avançada (13 e 14 anos) semi-analfabetas. Essas crianças, que deveriam ter um atendimento de "reforço" específico, acabam indo para AEE. Creio que isso é má gestão escolar também (Educação Física).

Já na segunda categoria os alunos alegam que o diagnóstico é necessário para extinguir com qualquer suposição feita sobre o aluno, nessa mesma categoria há graduandos que justificam que há famílias que não aceitam a deficiência do filho e que apenas com diagnóstico que eles acreditam, além disso, há aqueles que argumentam a necessidade do diagnóstico pelo fato de existir muitos alunos preguiçosos.

Porque para detectar DI em um aluno é necessário um estudo de profissionais da área. Pois se não houver é provável que diagnósticos sejam feitos de forma errada, contudo atrapalhando o desenvolvimento do aluno (Física).

Porque muitos pais por diversos motivos querem enquadrar o filho em algo se ele apresenta alguma dificuldade, ou ate falta de vontade mesmo (Matemática).

E os participantes que não consideram necessário o diagnóstico mencionam que se o professor achar necessário o encaminhamento para AEE mesmo que não haja laudo, esse dever ser feito. Há também aqueles que defendem a falta de condições financeira da família em levar em um especialista para se obter o diagnóstico, e também aqueles que alegam que há muita burocracia para se obter o laudo ocasionando vagareza na inserção do aluno no AEE.

Acredito que se o docente julgar necessário, mesmo não tendo tido um atestado medico de tal deficiência seria interessante esse aluno participar e então ver seus novos resultados (Química).

Segundo Oliveira (2015) inicialmente era necessário o diagnóstico apenas quando havia uma grande defasagem curricular, pois as leis de inclusão apoiavam-se nas necessidades educacionais especiais (NEE). Em 2008 com a concepção de educação inclusiva, esses serviços convergem-se para a pessoa com deficiência. Consoante a este assunto, o

encaminhamento de um aluno á sala de recursos ocorre a partir da avaliação pedagógica do docente especializado compreendendo as características da deficiência (BRASIL, 2008).

A avaliação de aprendizagem realizada pelo docente não é substituída pelo diagnóstico médico, pois essa avaliação além de basear-se nas peculiaridades da DI apoia-se em elementos curriculares, os quais norteiam as adaptações curriculares e ações pedagógicas, promovendo a aprendizagem significativa do aluno com deficiência intelectual (OLIVEIRA, 2015).

Na questão 8, a qual remete-se á idade de constatação da DI e da idade limite para desenvolver esta deficiência, analisa-se três classes de argumentação distintas.

8. Você sabe com que idade pode se constatar que o aluno têm DI? Existe uma idade limite? \*

Sim

Não

Se sim qual?

.....

Figura 8. Oitava questão.

**Tabela 09** – Conhecimentos sobre a idade pode se constatar DI e sua idade limite.

Formulário online	
Respostas categorizadas	Quantidade de respostas
Até os 18 anos	4
Hipótese	11
Não sei	31
Total de respostas	46

**Fonte:** Dados agregados pela autora, 2016.

Alusivo a essa questão apenas 4 dos quarenta e seis graduandos sabem a idade limite para o desenvolvimento da DI, porém os mesmo não possuem conhecimento de quando ela pode iniciar. A classe nomeada hipótese é composta por participantes que responderam que a DI tem inicio na idade escolar, com a justificativa de a deficiência ser identificada geralmente pelo professor afirmando que a idade limite é entre os 18 aos 21 anos. E os trinta e um participantes que alegaram não saber, não dissertaram.

Acredito que a DI pode aparecer em qualquer idade do período escolar (Pedagogia).

Acho que até o final do desenvolvimento cognitivo, uns 18-21 anos (Biologia).

O ser humano se desenvolve minuciosamente, assim sendo influenciado por diversos fatores que podem ocasionar na deficiência intelectual. Esses elementos que influenciam o surgimento da DI podem ocorrer antes, durante e\ou depois do nascimento e tem como idade limite os 18 anos. (RODRIGUES, SCHIAVO, YAMAUTI, 2015). Na definição da DI encontrada no artigo 5º, do Decreto Federal nº 5.296 ,há a descrição da deficiência explanando sua idade limite.

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. Comunicação; 2. Cuidado pessoal; 3. Habilidades sociais; 4. Utilização dos recursos da comunidade; 5. Saúde e segurança; 6. Habilidades acadêmicas; 7. Lazer; e 8. Trabalho (BRASIL, 2004).

Por fim a última questão, nesta apesar de encontrarmos duas opções de respostas cada argumentação foi redigida singularmente de acordo com o conhecimento e a experiência de cada um.

9. Como futuro professor, você considera que estará preparado para atuar com um aluno com DI na classe comum? \*

Sim

Não

Comente \*

.....

Figura 9. Nona questão.

**Tabela 10** – Como futuro professor, você considera que estará preparado para atuar com um aluno com DI na classe comum? Comente.

Formulário online	
Respostas categorizadas	Quantidade de respostas
Sim	4
Não	42

---

**Fonte:** Dados agregados pela autora, 2016.

Com a tabela visualiza-se que a maioria dos graduandos não sentem-se preparados para atuar com uma pessoa com DI, porém em meio á singularidade de cada um, ainda há aqueles que deram uma solução afirmando que o ideal é buscar cursos de especialização para exercer sua intervenção de forma consciente. Abaixo há a declaração de alguns alunos que chamaram a atenção.

A Educação Especial ainda é uma área de conhecimento abstrata para muitos professores, inclusive para que haja quebra de preconceitos (aluno 1, não declarou o ano).

Não, porque além do não preparo da graduação, as dificuldades reais na escola não proporcionarão um efetivo aprendizado ao aluno (aluno 2, 5º ano).

Não estarei porque a escola comum não estará preparada para receber este aluno, não depende só da capacitação do professor, no meu caso, em particular, durante um intercâmbio cursei disciplinas em educação especial, mas meus colegas não tiveram estas disciplinas na grade do curso oferecido pela UNESP, o que torna ainda mais difícil receber um aluno com DI na classe comum (aluno 3, não declarou o ano).

Achei o questionário bem democrático mesmo sem ter um conhecimento sobre DI consegui refletir sobre questão, sobre esse aluno que estará presente em meu cotidiano (aluno 4, 4º ano).

Infelizmente vou sair do curso de licenciatura sem preparação alguma pra atuar com qualquer tipo de deficiência. Caso me interesse devo procurar fora do curso para me preparar melhor para a carreira que escolhi. A cobrança do professor vem excedendo a sua capacitação profissional, espere-se nele a resposta de qualquer problema, pois o simples fato de ser professor o torna detentor de todo o conhecimento. Como estagiária na área de educação e já apresentada a uma sala com um aluno com DI, sei que sou despreparada para tal. Depois dessa e outras experiências vi a real necessidade de me inteirar sobre esse assunto, a educação especial (aluno 5, 3º ano).

Essa deficiência, assim como as outras deficiências, o curso de libras, etc. não são abordados no curso da minha graduação e não possuímos um preparo ou orientação a respeito. Acho uma falha enorme, pois como futuros professores, iremos lidar com todos os tipos de alunos e conseqüentemente alunos com DI e outras deficiências também (aluno 6, 3º ano).

Com base nas dissertações á cima percebe-se a necessidade não somente da inserção, mas de tempo hábil para as disciplinas que abordem esse tema nos cursos de graduação da Unesp, pois além das declarações expostas há a argumentação de alunos que afirmam que a disciplina é muito rápida, dessa forma não sanando as lacunas de conhecimento que os graduandos possuem. A formação inicial do professor é a base para toda a sua prática, portanto ela precisa ser estruturada, abordando os diversos temas que de fato encontrarão no

contexto escolar. É fundamental que tanto o ensino fundamental quanto o superior estejam em constante renovação, aderindo práticas inovadoras que revolucionem nossa atual sociedade e expelindo o tradicionalismo ainda existente neste campo do conhecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise combinada com o referencial teórico sobre os conhecimentos que os graduandos das licenciaturas possuem sobre DI permitiu verificar o quão necessário se faz o aprofundamento das disciplinas que tratam deste conteúdo, para que estes futuros profissionais se sintam capacitados a exercer sua função com maestria, embasando-se nas práticas apresentadas a eles por meio das disciplinas.

Acredita-se que os objetivos foram alcançados, pois confirmou-se, por meio da pesquisa realizada com os estudantes de licenciatura, o que já consta na literatura sobre o tema, sobretudo, no que se refere ao problema da formação docente e da preparação deste em receber um aluno com deficiência em sua sala.

As informações obtidas por meio dessa pesquisa permitem sugerir mudanças e aprofundamento nas disciplinas das licenciaturas que tratam deste tema, pois a capacitação docente e a formação do mesmo influenciarão na qualidade do ensino e na aquisição da inclusão.

Nascimento (2009) reitera a importância da preparação docente em relação ao desenvolvimento de um trabalho competente, de acordo com as peculiaridades apresentadas pelo aluno com deficiência.

Esperamos que por meio desta pesquisa muitas outras possam ser levantadas abrangendo e ampliando a discussão sobre a temática da educação inclusiva e da formação de professores, a qual necessita de reformulações.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Amélia. **Apresentação e análise das definições da deficiência mental proposta pela aamr-associação americana de retardo de 1908 a 2002.** Campinas, n.16 , p.33-48 2004. Revista de Educação Puc- Campinas

BATISTA, Marcus Welby; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. **Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros.** Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2004. 101-111 p.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo:: Pearson Prentice Hall, 2007.

BERSCH, Rita. **Introdução á Tecnologia Assistiva.** Porto Alegre: RS, 2013.

BUENO JGS. **Educação especial brasileira: integração /segregação do aluno diferente.** São Paulo, EDUC/PUCSP, 1993.

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 3. n.5, 7-25, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em:

< <http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf> >. Acesso em: 3 jan. 2017.

BRASIL. **ECA. Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Disponível em:

<<http://www.febem.sp.gov.br/files/pdf/eca.pdf>> Acesso em: 3 jan. 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília: MEC, 1994.

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 3 jan. 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 3 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 3 janeiro. 2017.



BRASIL. **Ministério da Educação**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

BRASIL. **Educação e Aprendizagem para todos**: olhares dos cinco continentes. Brasília, setembro de 2009. Disponível em: [http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/INSTITUTES/UIIL/confintea/pdf/Preparatory\\_Conferences/Conference\\_Documents/Latin\\_America\\_-\\_Caribbean/confinteavi\\_olhares\\_5\\_continentes.pdf](http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/INSTITUTES/UIIL/confintea/pdf/Preparatory_Conferences/Conference_Documents/Latin_America_-_Caribbean/confinteavi_olhares_5_continentes.pdf). Acesso em: 29 dez. 2016.

BRITO, Maria Claudia; OMOTE, Sadao; FONSECA, Katia de Abreu. **Contextualização e conceituação da Deficiência Intelectual**. Bauru: Unesp, 2015. 8 p.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva::** a reorganização do trabalho pedagógico. 5. ed. Porto Alegre:: Mediação, 2012.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**- 9.ed.- Porto Alegre: Mediação 2013.

DUARTE, M. **Adaptação curricular**: análise de dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação (2000-2009).  
In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org). *Dimensões pedagógicas nas práticas de inclusão escolar*. Marília: ABPEE, 2012. p. 481490. 2 v.

EDUNIOESTE. Organização do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas Com Necessidades Especiais- PEE. **Pessoas com Deficiência::** aspectos teóricos e práticos. Cascavel: Edunioeste, 2013.

GIRALDI, Luciana Ponce Bellido; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **Ensino Colaborativo Junto ao Estudante Com Deficiência Intelectual**. Bauru: Unesp, 2015. 10 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA PA. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MILANEZ, Simone Ghedini Costa; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; MISQUIATTI, Andréa Regina Nunes. **Atendimento Educacional Especializado para alunos com Deficiência Intelectual e Transtornos Globais do Desenvolvimento**. Marília : Oficina Universitária: Cultura Acadêmica –SP, 2013.

NASCIMENTO, Rosangela Pereira do. **Preparando Professores para Promover a Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Pará: Londrina, 2009.

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>>. Acesso em: 26 dez 2016.

NASCIMENTO, Maria Inês Corrêa. et al. **DSM-5**: American Psychiatric Association, tradução .. Porto Alegre: Artmed, 2014.

<<http://c026204.cdn.sapo.io/1/c026204/cldfile/1426522730/6d77c9965e17b15/b37dfc58aad8cd477904b9bb2ba8a75b/obaudoeeducador/2015/DSM%20V.pdf>> Acesso em: 27 fev 2017.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; SILVA, Luis Henrique. **Avaliação Pedagógica**:: Foco na Deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva.. Marília: Oficina Universitária: Cultura Acadêmica –SP, 2013.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. **Avaliação Pedagógica, Deficiência Intelectual e os Processos de Ensino**. Marília: Unesp, 2015. 10 p.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; FONSECA, Kátia de Abreu. **Deficiência Intelectual**:: detalhar para compreender. Bauru: Unesp, 2015. 5 p.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de. **Da avaliação ao planejamento**:: foco na ação do professor especializado. Marília: Unesp, 2016. 8 p.

PEREIRA, Verônica Aparecida; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **Flexibilização de Práticas Educativas Para a Inclusão Escolar**: Contribuições do Ensino Colaborativo. Bauru: Unesp, 2015. 9 p.

PIMENTEL, S. C. Formação de professores para a inclusão: Saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 139xx – xx155.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, D. (2003) “**Educação Inclusiva**: as boas e as más notícias”, in: David Rodrigues (Org.) “**Perspectivas sobre a Inclusão; da Educação à Sociedade**”, Porto Editora, Porto.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; SCHIAVO, Rafaela de Almeida; REIS-YAMAUTI, Verônica Lima dos. **Deficiência Intelectual**:: etiologia e fatores de risco nos períodos pré, peri e pós-natal. Bauru: Unesp, 2015. 17 p.

SANT'ANA, Izabella Mendes. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA:: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E DIRETORES**. Maringá: Psicologia em Estudo, 2005. v. 10, n. 2, 227- 234 p.

SANTOS, Daísy Cléia Oliveira. **Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual**. São Paulo, 2012.

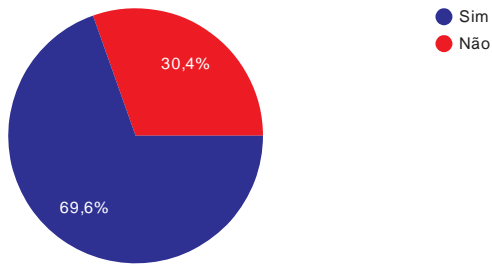
SIEMS MER. **Educação especial em tempos de educação inclusiva: identidade docente em questão**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 194p.

SILVA LMda. **Educação inclusiva e a formação de professores**. 2009. 90 f. Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Especialização *Latu Sensu* à distância em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, Estado do Mato Grosso – *Campus Cuiabá* – Octayde Jorge da Silva. Cuiabá, 2009.

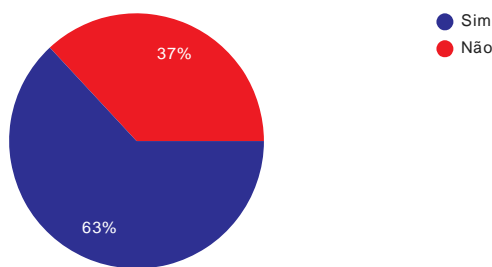
VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

## APÊNDICE

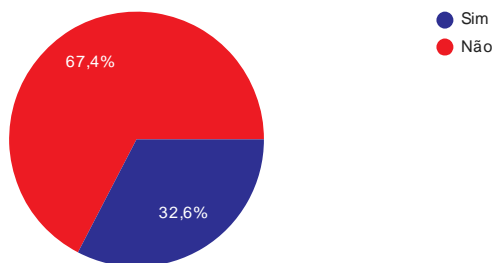
1. Você sabe o que é deficiência intelectual (DI)? (46 respostas)



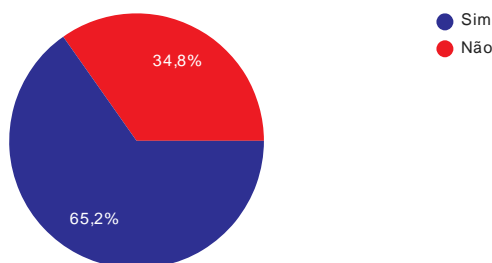
2. Você considera que todo aluno com Deficiência Intelectual deve estudar na classe comum? (46 respostas)



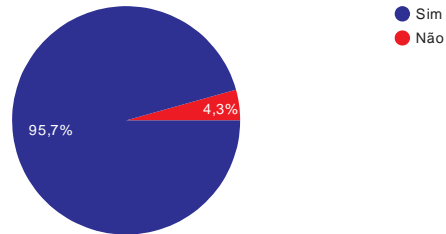
3. Você considera que o aluno com DI tem um limite no seu desenvolvimento? (46 respostas)



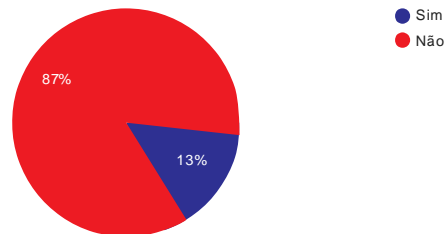
4. Você sabe o que são adaptações curriculares? (46 respostas)



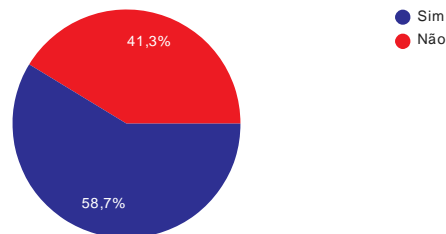
5. Você considera que é necessário adaptar o currículo escolar para o aluno com DI? (46 respostas)



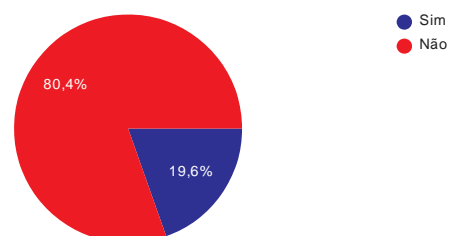
6. Você considera que o docente de classe comum é o profissional que deve diagnosticar o aluno com DI? (46 respostas)



7. Você considera que para o aluno com DI participar do Atendimento Educacional Especializado (AEE) ele precisará necessariamente ter um laudo? (46 respostas)



8. Você sabe com que idade pode se constatar que o aluno tem DI? Existe uma idade limite? (46 respostas)



9. Como futuro professor, você considera que estará preparado para atuar com um aluno com DI na classe comum? (46 respostas)

